Ata da 1.787ª Sessão Pública da Câmara Municipal de Manhumirim – Aos onze dias do mês de maio de 2006, às 19h45min, realiza-se a Sessão Pública da Câmara Municipal de Manhumirim, no plenário Oswaldo Frossard, onde, sob a presidência do vereador Dalbino Cler Ramos, os senhores vereadores reúnem-se ordinariamente, estando presentes Armando José Tadeu de Oliveira, Darci Maria Braga da Cruz, Dário de Souza Veiga, Edmilson de Oliveira, Eduardo Lima Fraga, Hélio Marcos Mendonça, Júlio Maria Albuquerque e Paulo Knust Huguinim. **EXPEDIENTE:** O Presidente pede ao Secretário, vereador Edmilson, que faça a chamada dos vereadores para verificação de quorum. Havendo número regimental de presentes, o Presidente, após invocar a proteção de Deus, declara aberta a Sessão Ordinária. O vereador Dário faz a leitura bíblica. O Presidente pede que o vereador Armando faça a leitura da ata 1.786 de Sessão Pública da Câmara Municipal. A ata é aprovada sem restrições. É feita a leitura das correspondências, entre as quais se encontram Esclarecimento do Sicoob Creditoreal, Abaixo-Assinado dos moradores do córrego Serra dos Tavares, Bonfim, Lessa e Pirapetinga, Ofício 059 do da Delegacia de Polícia da Comarca de Manhumirim, Telegrama nº 10130087 do Ministério da Saúde, Ofícios 343 e 398 da Caixa Econômica Federal/Leste de Minas, Comunicados nº 056038, 048346, 048345 e 058640 do Ministério da Educação e Convite da Prefeitura de Manhumirim para inauguração de diversas obras. O Secretário lê o Despacho do Presidente que concede vista pelo prazo máximo de três dias úteis a todos os vereadores no Projeto de Lei 011/2006. Em seguida, o Secretário lê o Projeto de Lei 015/2006, autoria do vereador Edmilson de Oliveira, que "Dispõe sobre a denominação de logradouro público que menciona e dá outras providências – Travessa Eurides Silva do Nascimento" e Projeto de Lei 014/2006, autoria do vereador Eduardo Fraga, que "Dispõe sobre a denominação de ponte que menciona e dá outras providências – Ponte Othon Medina Chaves". O vereador Paulinho pede que este projeto seja votado com Acordo de Lideranças devido à inauguração da ponte no próximo sábado. Após todos os líderes de partido concordarem, o Secretário lê o Acordo de Lideranças, o Termo de Renúncia e o Parecer de Redação Final. O projeto é numerado como Proposição de Lei Municipal nº 1.345. Passa-se à leitura da Indicação 030/2006, autoria dos vereadores Darci, Helinho, Dário, Edmilson, Paulinho e Dalbino, que "Indica instalação de telefone público em local que menciona – rua Diamante no bairro São Vicente", Indicação 031/2006, autoria do vereador Armando Neto, que "Indica construção de uma ponte na estrada de acesso à igreja Santa Teresinha, na comunidade Barra do Pirapetinga" e Indicação 032/2006, autoria do vereador Armando, que "Indica melhorias para a rua Frei Paulo no bairro São Vicente". As indicações são aprovadas com unanimidade. Passa-se à leitura do Requerimento 022/2006, autoria dos vereadores Dário, Darci, Paulinho, Helinho, Edmilson e Dalbino, que "Reitera pedido de informações sobre diárias e folha de pagamento" e Requerimento 023/2006, autoria dos vereadores Dário, Edmilson, Dalbino, Paulinho, Darci e Helinho, que "Reitera requerimento de planilha de custos das obras que menciona". Todos os requerimentos são aprovados com unanimidade. Passa-se para a discussão do Projeto de Lei 11/2006, autoria do Prefeito Municipal, que "Dispõe sobre a recomposição salarial dos vencimentos básicos dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Municipal e dá outras providências". O vereador Dário fala que este projeto entrou na Câmara em 20 de abril, que o mesmo recebeu parecer jurídico opinando pela ilegalidade e por isto o projeto foi devolvido à Prefeitura e voltou do mesmo jeito, que devido a isto foi pedida vista; que os funcionários receberam seus contracheques com um comunicado onde era falado que devido a uma minoria de vereadores que foram contrários ao percentual enviado, o pagamento estava sem a recomposição, que o comunicado não tinha assinatura; fala que todos os projetos têm sido votados em regime de urgência urgentíssima e este não

foi diferente; questiona quando será encaminhado a esta Casa o tão esperado Plano de Cargos e Salários e que está certo de que este plano só chegará à Câmara quando a Prefeitura parar de contratar ou o Governo aumentar o Fundo de Participação Municipal – FPM. O vereador Helinho diz que é mentira que uma minoria rejeitou o projeto uma vez que o mesmo está sendo votado agora; que parece que está voltando ao tempo de pasquins e de colocar o nome dos vereadores nos postes; esclarece que não é contrário ao aumento de salário; relembra que foi contrário ao reajuste de cinqüenta por cento para diretores da escola Doutora Conceição porque parte do pagamento saiu do FUNDEF; fala da diferença de percentuais para os cargos; que o projeto foi devolvido ao Executivo para tentar pensar melhor nos cargos que tiveram recomposição menor; que sabe que não pode propor reajuste maior; que a Secretária de Educação se comprometeu em mandar rapidamente o Estatuto do Magistério; que acredita que só com o envio do Estatuto do Magistério e Plano de Cargos e Salários será possível haver a valorização dos servidores; que sempre foi favorável ao depósito do FUNDEF mensalmente; que é contrário ao projeto baseando-se no art. 37 da Constituição Federal e no Princípio da Isonomia. O vereador Paulinho fala sobre o comunicado nos contracheques; que deveria ter sido mandado o Plano de Cargos e Salários a esta Casa ainda no ano passado; que poderia ter pedido vista no projeto, mas não pediu; que teve a oportunidade de conversar com o Prefeito para ver o que ele poderia melhorar no salário das pessoas que ganham trezentos e vinte quatro reais e que ele respondeu que não deu aumento porque serão cento e vinte mil reais em dois meses que a Prefeitura terá de pagar; pede para as pessoas prestarem atenção porque no último ano de mandato deverá ter um bom reajuste porque será ano de política; que não podemos enganar as pessoas que nos apóiam; que é um produtor rural e até hoje o Prefeito não provou para ele que é um bom administrador; relembra que tem uma assistente social que trabalha apenas duas vezes por semana; afirma que o projeto é inconstitucional; que não é contrário ao reajuste de quem ganha mais de trezentos e vinte e quatro reais; que o Prefeito deu o aumento com uma mão no ano passado e este ano retirou com a outra mão; que o Prefeito disse que o vereador Paulinho é oposição a ele na Câmara. O vereador Armando esclarece que estão votando um projeto de recomposição salarial; explica que este projeto está com índices diferenciados para obedecer aos princípios dos níveis hierárquicos; que se o projeto não for aprovado nesta noite os funcionários não terão a recomposição; apresenta demonstrativo de gastos com o pessoal da Prefeitura; que a Prefeitura está com um índice aproximando do valor limite estabelecido pelo Tribunal de Contas; que a atual administração trabalha com a razão e não com a emoção e faz isto para honrar seus compromissos; que a Prefeitura contratou sim muitas pessoas, mas isto é devido aos serviços que se iniciaram a exemplo do PSF do Roque e CAPS e fala do impacto mínimo das contratações na folha de pagamento da Prefeitura. O vereador Eduardo cumprimenta todos os professores que estão nesta Casa procurando seus direitos; que antes as pessoas não podiam vir aqui senão eram remanejadas; parabeniza a democracia que está acontecendo; explica que pediu vista porque o sindicato esteve aqui para fazer reivindicações; que ele procurou o presidente da UNSP para saber da negociação deles com o Prefeito e não encontrou nada; que não achou motivos para dar ilegalidade no projeto em questão; que se alguns vereadores acham que o projeto está errado deveriam entrar com um mandado de segurança para impedir a reunião; esclarece que os vereadores não tiveram reajuste e explica o que é a verba indenizatória. O vereador Júlio diz que seria bom que todas as reuniões tivessem presença dos munícipes; que desde o início sempre foi favorável a este projeto; que o Secretário Municipal de Fazenda esteve nesta Casa prestando esclarecimentos; que todos gostariam que o reajuste fosse maior, porém tem de se cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e não se pode ultrapassar os limites

estabelecidos por ela; que não se pode falar fora da realidade; que temos de ter bom senso e coerência; que o salário tem de ser diferenciado para diminuir a injustiça que vem acontecendo há muitos anos; que não há motivos para rejeitar este projeto e que também não se pode usar de demagogia. Passa-se para a votação do parecer da Comissão de Legislação e Justiça que opina pela legalidade. Em seguida, o Secretário lê também o parecer em separado do vereador Dário que opina pela ilegalidade. O parecer da legalidade recebe voto favorável dos vereadores Edmilson, Júlio, Eduardo e Armando. Voto contrário dos vereadores Helinho e Dário. Os vereadores Paulinho e Darci abstêm o seu voto. O parecer da legalidade é aprovado e o outro recusado. É feita a leitura da Emenda Modificativa nº 001/2006, autoria do vereador Júlio, que também é aprovada. Passa-se para a votação do parecer da Comissão de Fiscalização Financeira, Orçamentária e Tomada de Contas - CFFOTC que opina pela aprovação nos termos da Emenda Modificativa nº 001/2006. Em seguida, lê o parecer em separado do vereador Helinho, que opina pela rejeição do projeto. O parecer da CFFOTC recebe voto favorável dos vereadores Edmilson, Júlio, Eduardo e Armando. Voto contrário dos vereadores Helinho e Dário. Os vereadores Paulinho e Darci abstêm o seu voto. Este parecer é aprovado e o outro recusado. Passa-se para a votação do parecer de Redação Final. Este parecer recebe voto favorável dos vereadores Edmilson, Júlio, Eduardo e Armando. Voto contrário dos vereadores Helinho e Dário. Os vereadores Paulinho e Darci abstêm o seu voto. Com a aprovação da maioria, o projeto é numerado como Proposição de Lei Municipal nº 1.344. O Presidente lê o art. 299 do Regimento Interno da Câmara que assegura a participação popular nas suas sessões. Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente declara encerrada a sessão, do que para constar lavra-se esta ata. Manhumirim/MG, 11 de maio de 2006.

(a) VEREADOR DALBINO CLER
PRESIDENTE

(a) VEREADOR EDMILSON DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO